



# CARTA COMPROMISSO SOS

## SEMIÁRIDO BAIANO

FEVEREIRO.2026

FUNDAÇÃO  
ÍNDIGO

UNIÃO  
BRASIL

**CARTA  
COMPROMISSO  
SOS**

**SEMIÁRIDO  
BAIANO**

**FEVEREIRO.2026**

## UM CHAMADO AO POVO DA BAHIA E DO BRASIL

O semiárido baiano não é uma abstração estatística nem um território condenado pela natureza. Ele é feito de gente. Gente que trabalha, resiste, cria filhos, sonha e insiste em permanecer onde nasceu, mesmo diante das adversidades. É o lar de gente de carne e osso. É o coração esquecido da Bahia, onde vivem famílias que resistem à adversidade com uma dignidade comovente.

Quando dizemos que esse território ocupa 85% da Bahia e abrange 287 municípios, estamos falando do chão onde pisam cerca de 7,5 milhões de pessoas — metade da população do estado. Desse total, quase 3 milhões vivem na zona rural. Estamos falando de aproximadamente **50% de todo o semiárido brasileiro**, o que torna a Bahia o epicentro dessa realidade no país. Ainda assim, esse vasto território, povoado por gente trabalhadora, teimosa na esperança e resistente à adversidade, segue marcado por abandono histórico, desigualdade e falta de políticas públicas estruturantes.

Esta **Carta Compromisso S.O.S Semiárido Baiano** denuncia o abandono histórico do semiárido e, ao mesmo tempo, afirma um compromisso claro com a construção de um novo ciclo de desenvolvimento, justiça social e dignidade para milhões de baianos e baianas.

## O SEMIÁRIDO REAL: VIDA COTIDIANA, DESIGUALDADE E INVISIBILIDADE

A seca é conhecida, recorrente e previsível. O que não é natural é a omissão do estado. A vida cotidiana no semiárido é marcada por longas caminhadas em busca de água, perdas sucessivas de safras, dependência de ações emergenciais, escolas com infraestrutura precária, postos de saúde sem médicos e jovens obrigados a migrar por falta de perspectiva.

Apesar de concentrar cerca de **50% da população baiana**, o semiárido responde por **menos de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado**. Em 2021, o **PIB per capita médio do semiárido foi de aproximadamente R\$ 18,4 mil**, enquanto a média estadual superou R\$ 23,5 mil — uma diferença superior a 20%. Em termos concretos, isso significa que o morador do semiárido dispõe, em média, de **cerca de R\$ 5 mil a menos por ano** do que um baiano de outras regiões.

Essa média ainda é artificialmente elevada pela presença de dois grandes centros urbanos localizados no semiárido — **Feira de Santana e Vitória da Conquista** — cujos territórios de identidade, juntos, respondem por cerca de **10,5% do PIB estadual**. Fora esses polos, a realidade é muito mais dura: dez territórios de identidade do semiárido têm participação no PIB entre **1% e 2%**, e dois territórios não chegam a **1%**.

## CRISE AMBIENTAL, DESERTIFICAÇÃO E RISCO CLIMÁTICO

O semiárido baiano enfrenta uma situação crítica e estruturalmente negligenciada. Toda a região é considerada suscetível à desertificação, havendo áreas já classificadas como de clima árido e em desertificação severa, especialmente no norte do estado, com risco de seca superior a 80% nas áreas mais críticas, evidenciando grave insegurança hídrica.

Já foram identificadas **áreas com clima árido** no norte da Bahia, abrangendo cerca de **6.000 km<sup>2</sup>**, incluindo municípios como Juazeiro, Casa Nova, Curaçá, Remanso, Uauá, Pilão Arcado e Sobradinho.

Mais grave ainda: cerca de **4.200 km<sup>2</sup>** foram classificados como **zona de desertificação árida**, envolvendo municípios como Curaçá, Abaré, Chorrochó, Macururé e Rodelas. Nessas áreas, o risco de seca supera **80%**, enquanto em outras regiões do semiárido baiano varia entre **60% e 80%**.

Dois dos maiores patrimônios ambientais da Bahia estão sob ameaça direta: o **bioma Caatinga** e o **Rio São Francisco**. A Caatinga sofre com desmatamento, queimadas, superpastejo e práticas produtivas inadequadas, agravadas pelas mudanças climáticas e pela ausência de políticas consistentes de manejo sustentável. O Rio São Francisco, eixo estruturante da vida e da economia do semiárido, apresenta níveis alarmantes de degradação, exigindo mais do que ações pontuais de revitalização — exige um verdadeiro **programa de salvação do rio**.

## EDUCAÇÃO E SAÚDE: DESIGUALDADES QUE CUSTAM VIDAS

As desigualdades do semiárido baiano também se refletem nos indicadores de educação e saúde, desafios históricos que atravessam todo o estado da Bahia e exigem a implementação de políticas públicas universais, permanentes e estruturadas. Embora esta Carta Compromisso tenha como foco central os temas estruturantes específicos do semiárido — como segurança hídrica, proteção ambiental, infraestrutura e desenvolvimento produtivo — isso não diminui a centralidade da educação e da saúde como pilares indispensáveis da dignidade humana e do desenvolvimento social.

Em grande parte dos municípios do semiárido, o IDEB do ensino médio permanece abaixo de 4,0 e, nas áreas rurais, a evasão escolar supera 8%, refletindo pobreza, falta de transporte adequado, ausência de ensino profissionalizante e desestímulo à per-

manência dos jovens na escola. A elevação dos indicadores educacionais, a melhoria da infraestrutura escolar, a garantia do transporte escolar e a ampliação das oportunidades de formação devem orientar a ação do estado em todo o território. Da mesma forma, na saúde, o acesso aos serviços de saúde deve ser possível a todos os cidadãos, eliminando as desigualdades regionais e garantindo atendimento médico, acesso a exames e consultas em todo o território baiano, de forma a reduzir a mortalidade infantil, eliminar a fila da regulação e desconcentrar a oferta de leitos de UTI. Hoje, esses gargalos têm deixado vastas áreas do estado desassistidas.

## QUANDO O ESTADO AGIU, DEU CERTO: AS BARRAGENS

A história recente demonstra que é possível conviver com o semiárido quando há planejamento e decisão política. Entre **1995 e 2006**, a Bahia implantou um consistente programa de **barragens de médio porte**, como Aipim, França, Apertado, Bandeira de Melo, Ponto Novo, Pedras Altas, Pindobaçu, Cachoeira Grande, Prata, Santana, Serra Preta e Cristalândia.

Essas barragens garantiram água para consumo humano, dessedentação animal e produção agropecuária, reduziram drasticamente a dependência de carros-pipa e minimizaram os impactos das grandes secas subsequentes. Elas provaram que **infraestrutura hídrica é política social, econômica e de proteção à vida**.

## VINTE ANOS DE OMISSÃO

Apesar das evidências, o que se observa nos últimos **20 anos** é a omissão sistemática dos governos, tanto no plano federal quanto no estadual. Mesmo politicamente alinhados, esses governos não trataram o semiárido baiano como prioridade de Estado.

Não foi **iniciada e concluída uma única grande barragem** no semiárido baiano com recursos próprios do governo estadual nesse período. As únicas obras iniciadas, como Baraúnas e Catolé, que poderiam impulsionar o desenvolvimento regional, acumulam atrasos reiterados e paralisações, o que indica a falta de decisão política de investir recursos próprios do estado em obras de infraestrutura hídrica ou a falta de capacidade de execução de obras desse porte.

Baraúnas, autorizada em março de 2017, com previsão de conclusão para outubro de 2018, foi paralisada em janeiro de 2020, retomada em outubro de 2021 e até hoje ainda não concluída, estando incluída entre as obras do Novo PAC. Catolé, que obje-

tiva resolver o problema de abastecimento de água da terceira maior cidade baiana, Vitória da Conquista, foi licitada em 2017 e deveria ter sido concluída em 2023, mas foi paralisada e só teve suas obras retomadas em setembro de 2024. Em março de 2025, indicava um percentual de 30% de execução e previsão de conclusão em 2027. Após uma decisão muito contestada pelo Comitê da Bacia do Rio Paramirim, em 2022, de retirar águas da Barragem de Zabumbão para cerca de seis municípios da Região, o Governo anunciou a construção da Barragem do Rio da Caixa, em Rio do Pires, só iniciada em 2025.

A Bahia perdeu uma oportunidade histórica de exigir do Governo Federal grandes obras hídricas em seu território como compensação pelo fato de ser estado doador para o Projeto de Transposição das Águas do São Francisco para outros estados do Nordeste e ter apoiado politicamente o projeto. O decantado Projeto de Revitalização limitou-se à construção de Sistemas Simplificados de Água e Esgotamento Sanitário para localidades próximas ao Rio, ainda assim muitas delas não concluídas e abandonadas, sendo inteiramente paralisado da mesma forma que o Projeto da Hidrovia do São Francisco, muito importante para o estado.

Em 2014, sob o nome de Transposição do Eixo Sul, foi anunciado o projeto que veio a se chamar Canal do Sertão Baiano, e agora, 11 anos depois, se anuncia a contratação da obra de 10 km de adutora, dentro da área do Projeto Salitre, fonte de água para o projeto, que tem uma extensão prevista de 300 km de canais. É o claro sinal da falta de qualquer expectativa de início efetivo e de conclusão. É outra prova incontestável da falta de comprometimento dos governos federal e estadual com o semiárido baiano, confirmada pelo fato dos principais projetos de irrigação do estado – Baixio de Irecê e Salitre, cujas obras foram iniciadas em 1999 e 1998 – terem se arrastado por 25 anos.

É necessária uma mudança de postura dos governos estadual e federal **e a realização de investimentos consistentes em infraestrutura hídrica, proteção ambiental e desenvolvimento produtivo**, caso contrário, a Bahia até poderá crescer, mas não reduzirá desigualdades nem alcançará justiça social. O avanço do semiárido é condição indispensável para um desenvolvimento estadual equilibrado e sustentável.

A Bahia, mesmo sendo **estado doador de água** no Projeto de Transposição do Rio São Francisco, não recebeu obras compensatórias estruturantes. Projetos estratégicos como o **Canal do Sertão Baiano**, o **Baixio de Irecê** e o **Projeto Salitre** seguem inacabados após décadas, desperdiçando potencial produtivo, empregos e renda.

## INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SEGURANÇA PARA O SEMIÁRIDO BAIANO

A superação das desigualdades históricas do semiárido baiano exige uma política consistente e permanente de infraestrutura hídrica, entendida como base do desenvolvimento econômico, da inclusão social e da permanência da população em seu território. Garantir água em quantidade e qualidade é condição indispensável para enfrentar a pobreza, reduzir vulnerabilidades e criar oportunidades de desenvolvimento sustentável.

A segurança hídrica do semiárido deve apoiar-se em um conjunto articulado de soluções, combinando sistemas regionais de adução, barragens de médio e pequeno porte, uso responsável das águas subterrâneas e sistemas descentralizados de abastecimento rural.

Nesse sentido, é fundamental retomar e concluir obras estruturantes de adução, assegurando que cumpram integralmente seus objetivos. A **Adutora da Fé**, concebida para atender Bom Jesus da Lapa, Riacho Santana e Igaporã, deve ser implantada em sua totalidade. Da mesma forma, o **Canal do Sertão Baiano**, originado do Eixo Sul da Transposição do Rio São Francisco, precisa deixar o campo das promessas e tornar-se efetivo instrumento de integração hídrica para o Médio São Francisco e áreas críticas do semiárido.

A política de armazenamento de água precisa ser retomada como prioridade do estado. As barragens de médio porte implantadas entre 1995 e 2006 — como **Aipim, Franca, Apertado, Bandeira de Melo, Ponto Novo, Pedras Altas, Pindobaçu, Prata, Santana, Serra Preta e Cristalândia** — demonstraram sua importância na mitigação dos efeitos das secas. Em contraste, a paralisação dessa política comprometeu a resiliência hídrica do estado. Obras como as barragens de **Baraúnas (Seabra-Boninal) e Catolé (Vitória da Conquista/Barra do Choça)**, marcadas por sucessivos atrasos, evidenciam a necessidade de recuperar capacidade de planejamento, decisão e execução.

O uso intensivo de reservatórios existentes, como a **Barragem de Zabumbão**, sem a criação de novas alternativas, expõe fragilidades do sistema. A **Barragem do Rio da Caixa**, em Rio do Pires, iniciada recentemente, aponta para a importância de ampliar esse esforço, especialmente nas regiões do semiárido central e do Vale do Paramirim.

Além da retomada das obras em andamento, é indispensável avançar na definição e execução de novos projetos de armazenamento hídrico. Na **Bacia do Rio Utinga**, encontram-se identificados e estudados sítios para a construção das barragens nos **rios**

**Bonito, Cachoeirinha e Lajinha**, capazes de assegurar maior estabilidade hídrica aos municípios de Wagner, Lajedinho, Utinga e áreas adjacentes, fortalecendo a agricultura irrigada e reduzindo a vulnerabilidade nos períodos de estiagem.

Na Chapada Diamantina, a **Barragem de Casa Branca**, em Mucugê, representa uma alternativa concreta para ampliar a oferta de água em uma região de forte vocação agrícola, complementando os investimentos já realizados com a **Barragem do Apertado**. No alto e médio curso do Rio de Contas, estudos atualizados podem identificar novos sítios adequados à implantação de barramentos estratégicos, ampliando a capacidade de regularização hídrica dessa bacia fundamental para o estado.

No Sudoeste Baiano, impõe-se incluir como prioridade a **Barragem de Morrinhos**, no município de Piripá, localizada na **sub-bacia do Rio Gavião**, com potencial para atender diversos municípios em uma região caracterizada por elevada demanda de água para abastecimento humano. Trata-se de uma intervenção de grande alcance social, capaz de reduzir a dependência histórica de soluções emergenciais e de assegurar maior dignidade às populações urbanas e rurais.

Alguns territórios demandam atenção especial. O **Platô de Irecê**, pela densidade populacional, pelo peso da agricultura e pela pressão sobre os aquíferos, requer soluções estruturais permanentes, combinando adutoras, barragens e gestão sustentável das águas subterrâneas. Apesar de apresentar posição relativamente melhor que outras áreas do semiárido, a região enfrenta limitações crescentes decorrentes da irregularidade das chuvas e da sobreexploração dos aquíferos. Por essa razão, é necessário explicitar como prioridade a implantação de uma **adutora estruturante a partir do Rio São Francisco**, capaz de garantir segurança ao abastecimento humano regional e criar condições para usos produtivos compatíveis com a realidade hídrica local. Essa adutora deve ser concebida de forma integrada à **Barragem de Mirorós** e articulada a propostas de perenização dos **Rios Verde e Jacaré**, ampliando a resiliência hídrica do território.

O mesmo se aplica à Chapada Diamantina, ao Sudoeste Baiano, ao Médio São Francisco e ao Vale do São Francisco, onde a segurança hídrica é condição essencial para o abastecimento humano e o desenvolvimento regional. Nesse contexto, a implantação de grandes adutoras e canais de integração assume papel estratégico, com destaque para o **Canal do Sertão Baiano**, obra que não pode permanecer indefinidamente no campo das promessas. Originado no Eixo Sul da Transposição do Rio São Francisco, o **Canal do Sertão** representa uma oportunidade concreta de integração hídrica para o Médio São Francisco e para áreas críticas do semiárido, beneficiando dezenas de municípios e centenas de milhares de baianos. Como estado doador de águas para a Trans-

posição, a Bahia tem legitimidade política e técnica para exigir que essa obra se materialize em prazo compatível com a urgência do problema.

No meio rural, onde se concentram os maiores níveis de vulnerabilidade social, a infraestrutura hídrica deve ser orientada por planejamento. Os **Planos Municipais de Abastecimento de Água do Meio Rural** são instrumentos fundamentais nesse processo, ao permitir o mapeamento das comunidades, a identificação das fontes disponíveis e a definição de soluções técnicas adequadas — como poços, pequenas barragens, cisternas, sistemas simplificados, dessalinização e adutoras comunitárias — com responsabilidades claras quanto à implantação, operação e manutenção, possibilitando a redução ou até mesmo a eliminação da dependência dos carros-pipa no semiárido baiano.

Ao assumir o compromisso com a infraestrutura hídrica, reafirma-se que não há desenvolvimento possível sem água segura. A garantia desse direito básico é o ponto de partida para a inclusão produtiva, a geração de renda e a redução das desigualdades regionais.

É sobre essa base — da segurança hídrica — que se torna possível avançar para a etapa seguinte: a implantação de sistemas produtivos adequados à realidade do semiárido, capazes de gerar emprego, renda e desenvolvimento sustentável.

## **SISTEMAS PRODUTIVOS DO SEMIÁRIDO: POTENCIAL EXISTENTE E CAMINHOS DE DESENVOLVIMENTO**

O semiárido baiano possui uma base produtiva historicamente adaptada às suas condições climáticas, construída a partir do conhecimento local, da resiliência da população e da biodiversidade da Caatinga. O problema central não é a ausência de potencial, mas a falta de políticas públicas estruturadas, escala produtiva, inovação tecnológica, crédito e acesso a mercados.

É fundamental articular a ampliação e a segurança da disponibilidade hídrica com a adoção de sistemas produtivos adequados, capazes de gerar riqueza, renda e desenvolvimento sustentável no semiárido.

É necessário colocar efetivamente em produção os Perímetros Públicos de Irrigação que já contam com infraestrutura concluída ou avançada, nos quais foram realizados investimentos expressivos hoje ociosos. Para isso, deve-se ampliar o uso do modelo de concessão, a exemplo do que vem sendo implementado no Projeto Baixio de Irecê, modelo que precisa ser replicado no Projeto Salitre.

Paralelamente, devem ser estudados novos formatos de implantação de projetos de irrigação pelo setor privado, apoiados por incentivos semelhantes aos concedidos ao setor industrial. O modelo atual de implantação e operação mostrou-se ineficiente, resultando em projetos longos, caros e, muitas vezes, inconclusos.

É igualmente estratégico fomentar a industrialização dos produtos oriundos dos perímetros irrigados e de projetos privados, agregando valor à produção. A vitivinicultura na Chapada Diamantina é um exemplo recente e exitoso desse caminho.

### **Potencial de novas áreas irrigáveis sem infraestrutura**

Existem amplas áreas com elevado potencial para irrigação que carecem de infraestrutura básica. É necessário criar condições estruturais, após a seleção de áreas agronomicamente aptas, para viabilizar projetos de irrigação nas margens do Rio São Francisco (entre Paulo Afonso e Juazeiro), no entorno do Lago de Sobradinho (entre Juazeiro e Pilão Arcado) e ao longo do trecho de aproximadamente 400 km entre Xique-Xique e Carinhanha.

Essa infraestrutura deve incluir:

- sistema rodoviário contínuo nas “orlas” das duas margens, onde seja inexistente ou precário, sem prejuízo da restauração da navegabilidade em larga escala do Rio São Francisco;
- disponibilidade de energia elétrica, hoje um dos principais fatores restritivos, incorporando o grande potencial regional em energias renováveis complementares;
- regularização fundiária, hoje geradora de insegurança jurídica, como ocorre em áreas do Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco, que também sofre com carência de energia elétrica.

O Vale do Iuiu configura-se igualmente como área promissora para novos projetos de irrigação. Para empreendimentos dessa magnitude, são indispensáveis linhas de financiamento adequadas e programas de formação de mão de obra.

Além disso, novos projetos podem ser viabilizados a partir de aquíferos subterrâneos, como os da Bacia Sedimentar de Tucano, onde já se encontra a principal produção de melão da Bahia, e da Bacia Metassedimentar da Chapada Diamantina, onde se desenvolvem projetos de vitivinicultura. Maior agilidade na concessão de outorgas e a redução do custo da energia para bombeamento em grandes profundidades podem ampliar significativamente essas iniciativas.

## **Os desafios dos programas voltados aos pequenos produtores**

A reestruturação e profissionalização da assistência técnica é condição indispensável para o sucesso de qualquer política de agricultura familiar. O Programa de Assistência Técnica do Senar constitui uma referência importante a ser considerada.

O maior desafio está em identificar sistemas produtivos capazes de alcançar os pequenos produtores dispersos no semiárido, cujas propriedades, muitas vezes precárias, limitam a geração de renda compatível com condições dignas de vida. A isso se somam fatores externos como deficiência de assistência técnica, ausência de regularização fundiária, restrições de crédito e outras limitações estruturais.

Embora a água seja um insumo escasso e não possa, na maior parte da região, sustentar sistemas intensivos de produção, sua disponibilidade segura é o ponto de partida para a definição de sistemas produtivos viáveis em cada contexto, em articulação com as soluções previstas no Programa de Infraestrutura Hídrica.

## **Pequena irrigação e sistemas integrados: um modelo replicável**

Cabe ao governo garantir energia e água confiáveis para grupos de pequenos agricultores, orientados à produção de culturas de alto valor unitário, preferencialmente integrados a empresas detentoras de tecnologia, assistência técnica, capacidade de financiamento de insumos e garantia de comercialização. Esse modelo assegura escala, qualidade e regularidade, essenciais ao acesso aos mercados.

O exemplo mais expressivo é o da produção de morango na Chapada Diamantina, que integra numerosos produtores em diferentes municípios, com geração de renda significativamente superior à média regional. Esse modelo pode ser replicado para:

- limão, acerola, melão, caju e outras frutas no Nordeste;
- morango, amora, caqui, uva e maçã em diversas áreas da Chapada Diamantina;
- café de alta qualidade nas áreas mais elevadas da Chapada e do Sudoeste;
- maracujá, especialmente no Sudoeste baiano.

Projetos dessa natureza exigem, na fase inicial, articulação institucional e pequenos investimentos em infraestrutura por parte do governo estadual.

## **Um sistema estruturado para a pequena pecuária**

A pecuária, especialmente de pequenos animais, é a atividade mais difundida e tradicional no semiárido, mas apresenta baixo nível de modernização. Com o conhecimento atualmente disponível, é a atividade com maior potencial de alcance entre os pequenos produtores.

Apesar de seu baixo consumo de água, o requisito essencial é a existência de um ponto de água confiável durante todo o ano, o que deve ser garantido pelo poder público. A ausência dessa garantia compromete muitos projetos.

Em pequenas propriedades, o sistema é ambientalmente sustentável, pois utiliza as fontes de proteína do bioma Caatinga sem necessidade de erradicação, complementando a alimentação animal nos períodos secos com pastagens cultivadas, palma forrageira, bancos de proteína e capineiras — ou seja, alimentação produzida localmente. Esses modelos são plenamente dominados pela Embrapa, mas demandam assistência técnica qualificada, crédito adequado e melhoramento genético. A produção de animais de qualidade pode viabilizar a atuação de empresas integradoras, fortalecendo a cadeia produtiva com estruturas como abatedouros frigoríficos.

### **Projetos inovadores: um novo semiárido**

Iniciativas do setor privado vêm despontando com potencial para transformar o semiárido em uma região produtora de insumos energéticos e industriais em larga escala, abrindo a perspectiva de uma profunda transformação econômica do sertão.

O governo estadual deve não apenas acompanhar, mas integrar-se ativamente a essas iniciativas, estimulando-as e reduzindo prazos e entraves à sua implantação. Trata-se de uma oportunidade histórica de redefinir o papel do semiárido. Esses projetos tendem a ocupar áreas hoje degradadas, tradicionalmente destinadas à pecuária extensiva de sequeiro, utilizando variedades genéticas de alta produtividade, manejo agrícola avançado e gerando produtos de alto valor agregado.

O Projeto Brave, em desenvolvimento pelo Senai-Cimatec, propõe o plantio de novas variedades de sisal, com desdobramento na implantação de usinas para produção de etanol combustível e outros derivados. Abre-se, assim, a possibilidade — antes inimaginável — de formação de um polo alcooleiro no sertão baiano, com o sisal substituindo a cana-de-açúcar nas áreas secas. Atualmente, o sistema produtivo do sisal é precário, socialmente injusto e aproveita apenas cerca de 5% da planta.

O Projeto Macaúba, em implantação pela Acelen, prevê o plantio da palmeira da macaúba, também em áreas degradadas, para produção de óleo destinado a diesel renovável e combustível sustentável de aviação, além de subprodutos como biomassa para energia e farelo para ração animal. O projeto pode alcançar 180 mil hectares plantados, com investimentos estimados em até US\$ 3 bilhões.

## A energia renovável como insumo industrial

O semiárido precisa converter seu enorme potencial em energias renováveis em vetor efetivo de desenvolvimento, deixando de ser apenas exportador de energia para regiões mais desenvolvidas, o que pouco gera empregos e tributos locais.

Nesse contexto, o governo deve empenhar-se na promoção da produção de hidrogênio verde, a partir da eletrólise da água com energia renovável, como insumo estratégico para:

- a indústria siderúrgica, aproveitando as jazidas de ferro do Sudoeste baiano;
- indústria química;
- a produção de amônia verde e metanol verde;
- as indústrias de vidro e cimento, como fonte de calor;
- e o refino de petróleo.

Essa agenda pode posicionar o semiárido como base industrial e energética estratégica para o desenvolvimento sustentável da Bahia.

## UM NOVO PACTO COM O SEMIÁRIDO BAIANO

O semiárido não é problema climático, é resultado de decisões políticas ou da falta delas. A seca é natural, mas a fome, a miséria e a migração forçada não são. Não é aceitável que metade da população baiana continue tratada como periferia política.

Nosso compromisso com o povo do semiárido é:

- Recolocar o semiárido no centro das prioridades políticas e orçamentárias;
- Retomar uma política estruturante de segurança hídrica;
- Fortalecer ativos existentes e ampliar experiências que já funcionam;
- Concluir os Projetos estratégicos: **Canal do Sertão Baiano, o Baixio de Irecê e o Projeto Salitre;**
- Construção de novas barragens de médio porte e conclusão das barragens de **Baraúnas** (entre Seabra e Boninal), e **Catolé** (Barra do Choça/Vitória da Conquista), priorizando áreas com risco de seca superior a 80%;
- **Implantar adutoras estruturantes**, integrando barragens, sistemas regionais e sedes municipais;
- **Universalizar o acesso à água para consumo humano** no semiárido, **por meio dos Planos Municipais de Abastecimento do Meio Rural**, combinando barragens, adutoras, cisternas, dessalinização com energia solar e sistemas simplificados;

- Reduzir ao máximo a dependência de carros-pipa;
- **Implantar um Programa permanente de recuperação ambiental** da Caatinga;
- Implantar um **Programa de Salvação do Rio São Francisco**, com investimentos contínuos em controle de assoreamento, qualidade da água e recuperação de matas ciliares;
- Energia solar e eólica como desenvolvimento local;
- Garantir que **investimentos em energia solar e eólica** no semiárido **resultem em indústrias, serviços e empregos locais** e não sejam destinados a suprir déficits de outras regiões;
- Implantar **distritos industriais verdes** voltados à cadeia de energias renováveis e hidrogênio verde;
- Estimular a geração distribuída de **sistemas solares residenciais e produtivos** instalados no semiárido até 2035;
- Destinar parte da arrecadação de royalties e impostos para fundos regionais de desenvolvimento;
- Construir um modelo de desenvolvimento produtivo sustentável, ancorado na agricultura familiar, na agroindústria, na bioeconomia da Caatinga, na energia solar e eólica, no turismo de experiência e na cultura local;
- Criar linhas de crédito específicas e desburocratizadas para pequenos produtores, cooperativas e empreendedores do semiárido;
- Garantir assistência técnica contínua, pesquisa e extensão rural adaptadas às condições climáticas da região;
- Investir em estradas, logística e conectividade digital, elementos indispensáveis para a inclusão econômica e o acesso a mercados.

## UM COMPROMISSO PÚBLICO COM O FUTURO

Este SOS semiárido é um grito de alerta e também um ponto de partida. Não se trata apenas de denunciar o abandono, mas de assumir publicamente a responsabilidade de mudar essa realidade.

Cuidar do semiárido é cuidar da Bahia inteira. Sem o semiárido, não há desenvolvimento equilibrado, nem justiça social duradoura. Esse é o compromisso que assumimos: **não aceitar mais o abandono como destino e transformar o semiárido Baiano em território de dignidade, oportunidades e futuro.**

**CARTA  
COMPROMISSO  
SOS**

**SEMIÁRIDO  
BAIANO**

**FEVEREIRO.2026**

FUNDAÇÃO  
ÍNDIGO

UNIÃO  
BRASIL